

Nos primórdios das Academias de Medicina e Ciências Farmacêuticas

Desde sua instituição até a presente data, a estrutura da Academia Nacional de Farmácia passou por vários processos evolutivos até a conversão em Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil em 2017.

Do descobrimento às primeiras instituições de ensino das áreas médicas e farmacêuticas – Resgatar o histórico de entidades e instituições, para se localizar suas origens, exige um paciente esforço de compulsar raros registros em atas de reuniões de associações, em livros, periódicos ainda disponíveis e trabalhos de teses.

O Brasil, nos moldes que o conhecemos hoje como país independente, surgiu com Pedro Álvares Cabral, em 22 de abril de 1500. Desta data até a chegada da família real portuguesa no Brasil, liderada pelo Príncipe Regente Dom João, em 1808, existem apenas limitados registros. Destes, os mais antigos e interessantes são aqueles reproduzidos dos originais das missivas dos padres jesuítas e, muito particularmente, do Padre José de Anchieta à congregação da Companhia de Jesus em Coimbra. O Padre Anchieta, que tinha formação em Farmácia pela Universidade de Coimbra, é, por isso, considerado o primeiro farmacêutico do Brasil. Nas instalações dos jesuítas em São Paulo, ele era procurado dia e noite pelos indígenas em busca de remédios e aconselhamentos, que o eternizou como santo, com base em seus milagres e os seus conhecimentos científicos relacionados a remédios daquela época.

O padre José de Anchieta descreveu inúmeras plantas medicinais e alimentícias brasileiras, além de muitas outras contri-

buições, especialmente em obras para a literatura do Brasil.

Incluem-se no período colonial brasileiro, as práticas médicas e farmacêuticas adotadas pelos padres jesuítas e pelos profissionais que residiam no Brasil. Merece destaque a Triaga Brasília (também conhecida sob as denominações de theriaga, teriaga, teriaca e triaca), remédio que continha 60 componentes e que era considerado ativo contra todas as formas de envenenamento (especialmente aqueles provocados pelas serpentes) e contra todas as enfermidades. Era um medicamento universal contra toda e qualquer doença, que acabou sendo muito valorizado, inclusive na Europa, e foi considerado como “remédio extraordinário das terras brasileiras”.

Também eram destaques as atividades dos médicos e boticários que tinham recebido autorizações para atuarem no Brasil, pelas autoridades portuguesas da Metrópole e a Pharmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal, de autoria de Dr. Francisco Tavares, professor da Universidade de Coimbra, publicada por ordem da Rainha Dna. Maria I em 1794.

A instituição das Academias de Medicina e de Ciências Farmacêuticas

A partir de 1808, o Brasil passa a ser sede do Reino de Portugal, deixando nosso País de ser colônia em dezembro de 1815,

ascendendo à categoria de integrante do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Com a chegada da Corte Portuguesa, surgem as primeiras instituições de Ensino Médico e Farmacêutico com a criação da Escola de Cirurgia da Bahia (Escola de Medicina), em 18 de fevereiro de 1808, e a do Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1808, com o nome de Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia, instalada no Hospital Militar do Morro do Castelo. Em ambas as Escolas de Medicina, o ensino Farmacêutico era considerado uma especialização.

A primeira instituição farmacêutica no Brasil foi a Botica Real Militar, estabelecida pelo decreto de 21 de maio de 1808, anexa ao Hospital Militar e da Marinha. Tinha por atribuição manipular os remédios “para que a toda e qualquer hora se acuda aos enfermos com os específicos necessários”. Atualmente, constitui o Laboratório

O padre José de Anchieta descreveu inúmeras plantas medicinais e alimentícias brasileiras, além de muitas outras contribuições, especialmente em obras para a literatura do Brasil.

Químico Farmacêutico do Exército, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1839, com a criação da Escola de Farmácia de Ouro Preto, iniciou-se o processo de desvinculação do ensino farmacêutico daquele da medicina. No entanto, ainda no período imperial brasileiro, as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro continuavam a formar farmacêuticos.

A atual Academia Nacional de Medicina é uma instituição médica fundada no Brasil, no dia 30 de junho de 1829, por Dr. Joaquim Cândido Soares de Meireles sob o nome de "Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro". Pelo decreto regencial de 08/05/1835, passou a receber uma subvenção do Tesouro Público, introduziu-se a Secção de Farmácia e teve o seu nome alterado para Academia Imperial de Medicina.

A partir de então, ficou constituída por três seções: medicina, cirurgia e farmácia, ampliando o seu papel ao tornar-se consultora do Governo Imperial em assuntos relacionados a políticas de saúde pública, ao exercício da medicina e à comercialização de medicamentos. A seção de medicina tinha 5 membros titulares, 15 honorários e 13 adjuntos; a de cirurgia era constituída de 15 titulares, 11 membros honorários e 9 adjuntos; a de farmácia composta de 11 titulares, 7 membros honorários e 5 adjuntos, totalizando 91 acadêmicos, sendo 31 Titulares, 33 Honorários e 27 Adjuntos.

Com a separação dos Cursos de Farmácia das Escolas de Medicina, a seção de Farmácia da Academia Nacional de Medicina foi transformada em seção de Ciências Aplicadas à Medicina, e aos poucos os Farmacêuticos foram ocupando lugar em suas próprias associações, como a Sociedade Farmacêutica Brasileira (1851), o Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro (1858) e o Centro Farmacêutico Brasileiro (1893). Todas essas associações tiveram curta duração, não conseguindo alcançar grande parte de seus objetivos. A Academia Imperial de Medicina, com o advento da República Federativa do Brasil, em 1889, passou a se denominar de Academia Nacional de Medicina. Durante 171

anos, Médicos e Farmacêuticos ocuparam suas cadeiras na Academia Imperial de Medicina e em sua sucessora, a Academia Nacional de Medicina.

A atual Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, nome adotado em 2017 para a Academia Nacional de Farmácia, é oriunda da Associação Brasileira dos Farmacêuticos – ABF, criada em 20 de janeiro de 1916.

Constam dos registros da ABF que o primeiro presidente Luiz Oswaldo de Carvalho, eleito em 1916, e, sucessivamente, reeleito até 1920, tinha inúmeros projetos para a associação, definindo como objetivos principais a defesa dos interesses da classe farmacêutica, a aplicação das ciências físicas e químicas à arte de curar, a criação da Escola Superior de Farmácia, entre outros planos. Carvalho, em 1918, apresentou proposição para reformar os estatutos da ABF e criação de seções de Farmácia, Ciências Físicas e Químicas, História Natural e Biologia.

Na posse de Rodolpho Albino Dias da Silva, como presidente da Diretoria da ABF, em 20 de janeiro de 1920, foi finalmente implantada a reforma proposta em 1918. Em ata de 27 de fevereiro de 1920, foram eleitos os membros das Seções de Farmácia, Ciências Físicas e Químicas, História Natural e Biologia. A fim de dar maior ênfase ao seu caráter científico, por iniciativa de Isaac Werneck da Silva Santos, consolidou-se a formação do seu Conselho Científico, com reduzido número de Farmacêuticos, que era um núcleo dentro da instituição a congregar profissionais associados de reconhecido cabedal de cultura e que se projetavam nas lides das pesquisas e dos estudos, com publicações de trabalhos e compêndios e na área empresarial.

Rodolpho Albino criou também o Boletim da ABF para divulgar os trabalhos científicos dos acadêmicos, justificando que "uma classe só pode se afirmar pelo saber, pela cultura e pela dedicação ao próximo".

A Diretoria da ABF em 1920 era composta por Rodolpho Albino Dias da Silva

Em 1839, com a criação da Escola de Farmácia de Ouro Preto, iniciou-se o processo de desvinculação do ensino farmacêutico daquele da medicina.

(presidente) e Oscar Pereira França (vice-presidente). Secção de Farmácia (Alfredo Silva Moreira, Alberto Francisco Giffoni e Oscar Filgueiras); de História Natural (Rodolpho Albino Dias da Silva, Júlio César Diogo e João Vicente de Souza Martins); de Física e Química (Luiz Oswaldo de Carvalho, Paulo Seabra e Francisco de Albuquerque), e de Biologia (Epitácio Timbaúba da Silva, Affonso Gomes, substituído por Lauro Garcindo, e Francisco do Espírito Santo Paula).

Segundo Salvador Alves Pereira (autor da biografia de Rodolpho Albino Dias da Silva), Rodolpho Albino, militar que servia na Seção de Química Biológica do Laboratório Químico-Farmacêutico do Exército, imprimiu um ritmo intenso à ABF. Em suas horas de lazer, dedicava-se ao estudo das plantas medicinais. Em 1920, transferiu-se para o Laboratório de Inspeção de Farmácia e Saúde Pública. Durante longos anos, desde que atuava no Exército, Rodolpho Albino trabalhava num plano gigantesco, que era o de dotar o Brasil de uma Farmacopeia. Esse projeto foi objeto de exposição e debate no I Congresso Brasileiro de Farmácia, tendo sido aprovada moção para nomeação de uma comissão para revisão dos originais.

No mesmo congresso, a Comissão organizadora da Pharmacopéia Paulista, publicada em 1917 e adotada oficialmente no Estado de São Paulo, cedeu todos os direitos autorais para incorporação (no que pudesse servir) no material apresentado por Rodolpho Albino. O conteúdo revisado do Código Pharmaceutico Brasileiro foi oficializado em 4 de fevereiro de 1926 como Pharmacopeia dos Estados Unidos do Brasil.

Com a oficialização da Farmacopeia Brasileira preenchem-se as aspirações de Octaviano Maria da Rosa, que, ao ser empossado na Presidência da então Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1831, embrião da Academia Nacional de Medicina, propunha que “fosse elaborada uma nova Farmacopeia para substituir a antiga e obsoleta Farmacopeia Portuguesa de 1794”.

Desde sua criação, a ABF projetou-se por apresentar conferências com perfis científico e tecnológico para seus associados, bem como interação com as autoridades governamentais e coirmãs no contexto internacional. Com a criação do Conselho Científico, esses programas se potencializaram com frequentes sessões e, inclusive, a organização do I Congresso Nacional de Farmácia, realizado de 12 a 22 de outubro de 1922, como parte das festividades comemorativas do 1º Centenário da Independência do Brasil.

O projeto da Farmacopeia Brasileira elaborado por Rodolpho Albino foi datilografado em 2.300 páginas, sendo separado em duas partes: a primeira, precedida de prefácio, comportava o estudo detalhado das drogas, das preparações oficinais, dos soros, vacinas etc. A segunda continha as listas dos reativos, os processos gerais de

caracterização das drogas, de seu doseamento, as tabelas de densidades de ácidos e lixivias alcalinas e a lista de substâncias tóxicas.

Em 25 de abril de 1924, em memorável ata da reunião do Conselho Científico (grafia da época), consta “O Dr. Souza Martins lança a ideia da fundação da Academia Nacional de Pharmácia”.

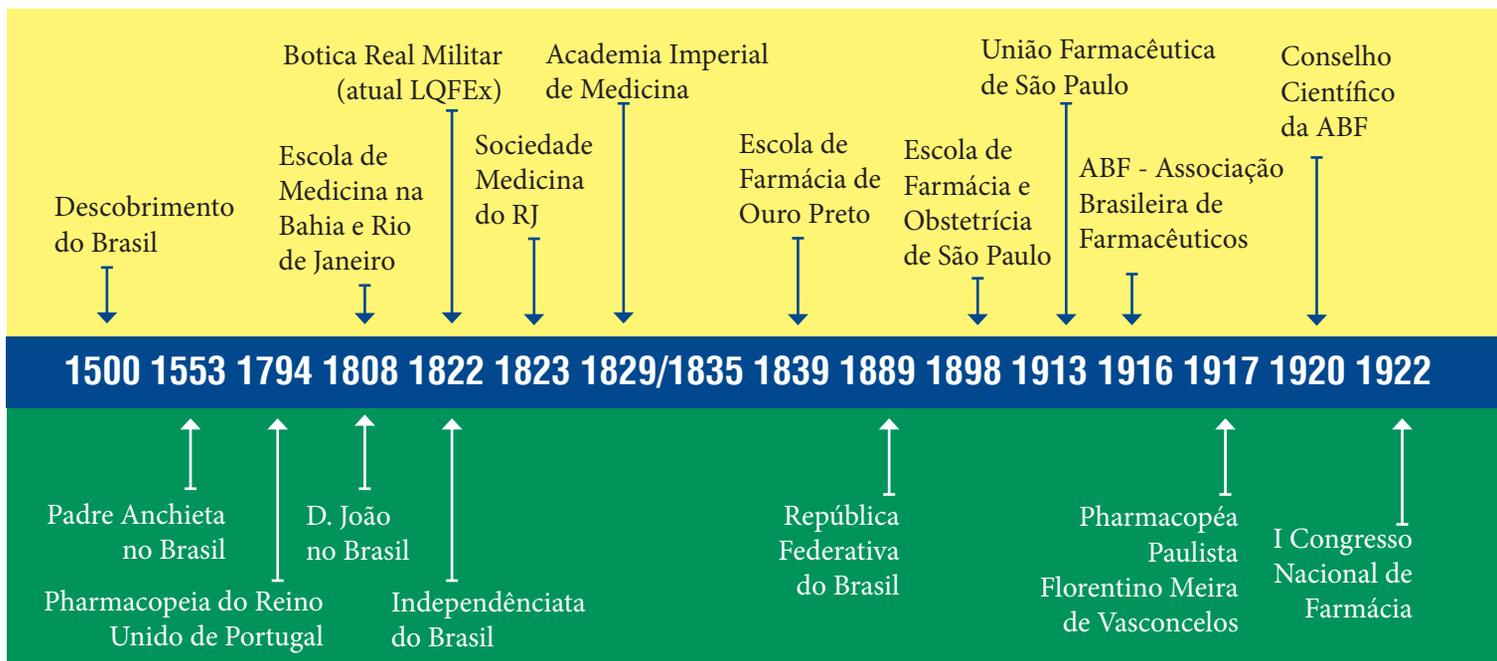
Em 25 de abril de 1924, em memorável ata da reunião do Conselho Científico (grafia da época), consta “O Dr. Souza Martins lança a ideia da fundação da Academia Nacional de Pharmácia, cuja necessidade se faz sentir entre nós e que será uma ampliação do actual Conselho Científico da Associação. Esta alta corporação científica terá numero limitado de membros, sendo que estes deverão ser portadores de trabalhos de valor, pelos quaes se possa aferir...” Na mesma reunião deliberou-se que a transforma-

ção somente seria realizada quando o número de membros do conselho chegasse a 50 componentes.

A ata da Assembleia Geral da Associação Brasileira de Farmacêuticos – ABF, lavrada em 13 de agosto de 1937, consolidou a transformação do Conselho Científico em Academia Nacional de Farmácia, seguindo-se os preceitos definidos pelo Dr. Vicente de Souza Martins, na reunião de 25 de abril de 1924. A Assembleia da ABF foi conduzida pelo Presidente Farmacêutico Virgílio Lucas e secretariada pelos Farmacêuticos Gerardo Majella Bijos e Serafim da Silva Pimentel. Neste encontro, foram relacionados os 50 membros do Conselho Científico e deliberou-se converter o Conselho Científico em Academia Nacional de Farmácia, conforme preconizava o artigo 79 do Estatuto da ABF. Em 18 de agosto, em continuação a Assembleia aprovou o primeiro estatuto da Academia Nacional de Farmácia e elegeu-se a diretoria para o primeiro mandato, tendo sido eleito o Farmacêutico João Vicente de Souza Martins como o primeiro presidente, assim como os membros da diretoria.

De acordo com o disposto no primeiro estatuto, a Academia seria constituída por 50 Membros Titulares, número

Linha do tempo – Saúde, Medicina e Farmácia no Brasil



indeterminado de Membros Eméritos, 20 Membros Honorários nacionais, 20 Membros Honorários estrangeiros, 20 Membros Correspondentes nacionais e 20 Membros Correspondentes estrangeiros. Também constou no estatuto a criação de comissões de Farmácia, Ciências físico-químicas, Ciências Naturais, Bioquímica e de Anais.

Em 1939, foram declaradas vagas as cadeiras ocupadas por Membros Titulares que não residiam na cidade do Rio de Janeiro, vagas essas imediatamente preenchidas por outros farmacêuticos. Somente em 1940, estabeleceu-se a relação dos 50 patronos das cadeiras da Academia, que, à época, contava com 11 Membros correspondentes e um honorário.

Desde sua instituição até a presente data, a estrutura da Academia Nacional de Farmácia passou por vários processos evolutivos até a conversão em Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil, em 2017, muitas delas já registradas em compêndios de seu histórico. Merece reconhecimento os acadêmicos que a conduziram nos seus ideais, com destaque aos presidentes João Vicente de Souza Martins, Virgílio Lucas, Oswaldo de Almeida Costa, Carlos Benjamin da Silva Araújo, Abel Elias de Oliveira, Gerardo Majella

Desde sua criação, a ABF projetou-se por apresentar conferências com perfil científico e tecnológico para seus associados, bem como interação com as autoridades governamentais e coirmãs no contexto internacional.

Bijos, Olintho Luna Freire do Pillar, José Eduardo Alves Filho, Mário Taveira, Oscar de Moraes D'utra e Silva, Militino Cesário Rosa, Antenor da Fonseca Rangel Filho, Luiz Affonso Juruena de Mattos, Evaldo de Oliveira, Geraldo Halfeld, Caio Romero Cavalcanti, Lauro Domingos Moretto e João Paulo Silva Vieira.

À semelhança de várias outras associações, a Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil/Academia Nacional de Farmácia consegue reconstituir os primeiros atos de suas origens, oriundos do Conselho Científico da Associação Brasileira de Farmacêuticos, instituído em 27 de fevereiro de 1920 e, formalmente, criada em 13 de agosto de 1937.

Com estes dados incorporamos mais um marco em nosso histórico, que nos permitiu comemorar a data de 27 de fevereiro de 2020 como o 1º centenário da instituição do Conselho Científico da Associação

Brasileira de Farmacêuticos, embrião da Academia Nacional de Farmácia e da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil que, em 13 de agosto de 2020, comemora o 83º aniversário de criação.

Os autores agradecem a gentileza da farmacêutica Adriana Santiago Soares, Presidente da Associação Brasileira de Farmacêuticos, e ao Prof. Dr. Carlos Peregrino, pelo acesso e busca aos documentos originais das atas da referida associação. 

∴ Acácio Alves de Souza Lima Filho é Acadêmico Presidente da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil.
∴ João Paulo Silva Vieira e Lauro Domingos Moretto são Acadêmicos Presidentes Eméritos da Academia de Ciências Farmacêuticas do Brasil.
E-mail: lauromoretto@terra.com.br

